LEGALIZAÇÃO DAS INVASÕES

Arquitetos condenam decisão da Câmara

Graça Ramos

A presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Brasília, Helena Zanella, considerou um ''verdadeiro absurdo'' a aprovação pela Câmara Legislativa do projeto que transfere à Terracap o poder de legislar sobre áreas públicas.

Segundo ela, a Câmara passou um cheque em branco para o poder executivo.''As decisões sobre patrimônio público precisam ser discutidas com a sociedade'', disse.

A coordenadora regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Célia Corcino, enviou um ofício questionando a presidência da Câmara.

Como o Plano Piloto está tombado, ela lembrou aos parlamentares que mudanças no uso do solo desta área só podem ser feitas após consulta ao IPHAN.

Tombamento — No governo de José Aparecido, o Plano Piloto foi tombado pelo Governo Federal e considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como patrimônio cultural da humanidade.

O diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Claudio Villar de Queiroz, acha que o objetivo da nova lei é acabar com a lei do tombamento.

Na sua opinião, a lei abrirá brechas para que as invasões sejam regularizadas, desvirtuando o projeto da cidade. ''Os especuladores não entendem o que é um patrimônio cultural'', diz.

Recomendações — O representante do Unesco no Brasil, Miguel Angel Enriquez, ressalva que o órgão não interfere na política interna brasileira e não tem poder de coerção no caso de danos ao que é considerado patrimônio da humanidade.

Mas, lembra que ''a manutenção intocada'' das áreas verdes, internas e externas ao Plano, foi uma das recomendações mais importantes do relatório elaborado pela entidade no ano passado.

O relatório diz que estas áreas contribuem para melhorar a qualidade ambiental da Capital Federal.

A secretaria de Obras do Distrito Federal, arquiteta Ivelise Longhi, disse apenas que o projeto da nova lei foi preparada no gabinete do governador Roriz.

O representante das organizações não governamentais no Conselho de Meio Amte do Distrito Federal, Gustavo Souto Maior, acredita que a nova lei aumentará as invasões de terra na cidade.

Paulo de Araújo

Célia: mudanças no uso do solo só com aval do Patrimônio Histórico